



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS
Avenida Vicente Simões, Nova Pousa Alegre, POUSO ALEGRE / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

TRE Nº2/2022/CLIC/CGCP/DA/PROAD/IFSULDEMINAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico SRP nº 40/2021

Processo Administrativo nº 23343.003903.2021-08

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de realização de exames médicos periódicos, destinado aos servidores públicos federais ativos, do quadro de pessoal em exercício do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, com o objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM: 01 – Grupo 1		
CATSERV: 22373		Tipo: Serviço
Descrição: EXAME MEDICO PERIODICO		
Descrição Detalhada: EXAME MÉDICO/ ANÁLISE CLÍNICA - Atestado de saúde Ocupacional (ASO). Consulta médica a ser realizada com médico devidamente registrado no CRM como Médico do Trabalho e habilitado para atuar no estado de MG. A avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor deverá ocorrer obrigatoriamente em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema Siapenet – saúde – Módulo periódicos. A consulta deverá ser realizada no local da prestação do serviço.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	64,17	73.410,48

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 02 – Grupo 1		
CATSERV: 21547		Tipo: Serviço
Descrição: EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA		
Descrição Detalhada: CONSULTA GINECOLÓGICA - EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA. Consulta ginecológica para coleta de material para citologia oncológica e diagnóstico –“Papanicolau”. A coleta deve ser realizada por profissional da saúde devidamente capacitado e toda a logística para o encaminhamento da amostra ao laboratório de análise clínica para a emissão do laudo deverá ser realizada pela contratada. Inclui o fornecimento de todo o material de coleta de amostras de material necessários e adequados para garantir e preservar a integridade das amostras até sua análise. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 496	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	117,50	58.280,00

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	22

Inconfidentes/MG	77
Machado/MG	97
Muzambinho/MG	83
Passos/MG	54
Poços de Caldas/MG	45
Pouso Alegre/MG	97
Três Corações/MG	21

ITEM: 03 – Grupo 1
CATSERV: 21547 **Tipo:** Serviço

Descrição: EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA

Descrição Detalhada: EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA - Exame laboratorial de citologia oncótica para detecção de alterações celulares - "Papanicolau". Os laudos com os resultados dos exames de citologia oncótica e análise diagnóstico - "Papanicolau" deverão seguir os parâmetros da Nomenclatura Brasileira para Laudos Citopatológicos (Sistema Bethesda), publicada pelo Ministério da Saúde em 2003) e assinado por profissional capacitado à sua emissão. Os demais materiais descartáveis ou não, dispositivos e outros serão de responsabilidade do profissional e ou pessoa jurídica responsável pela coleta.

Quantidade: 496	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	33,54	16.635,84

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	22
Inconfidentes/MG	77
Machado/MG	97
Muzambinho/MG	83
Passos/MG	54
Poços de Caldas/MG	45
Pouso Alegre/MG	97
Três Corações/MG	21

ITEM: 04 – Grupo 1
CATSERV: 16594 **Tipo:** Serviço

Descrição: CONSULTA MÉDICA - OFTALMOLOGIA

Descrição Detalhada: CONSULTA MÉDICA – OFTALMOLOGIA. Exame oftalmológico para os servidores (as) com mais de 45 anos. Exame oftalmológico com o objetivo de verificar Potencial de Acuidade Visual, Tonometria e Fundoscopia, com emissão de laudo. O exame deve ser realizado nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.

Quantidade: 404	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	124,17	50.164,68

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	10
Inconfidentes/MG	85
Machado/MG	91
Muzambinho/MG	82
Passos/MG	22
Poços de Caldas/MG	37
Pouso Alegre/MG	63
Três Corações/MG	14

ITEM: 05 – Grupo 1
CATSERV: 9679 **Tipo:** Serviço

Descrição: Radiodianoóstico - mamografia

Descrição Detalhada: RADIODIAGNÓSTICO – MAMOGRAFIA. Mamografia bilateral (a serem realizados por servidoras com mais de cinquenta anos de idade) com emissão de laudo. Esses exames deverão ser realizados e assinados por profissional capacitado à sua emissão. O exame deve ser realizado nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.

Quantidade: 51	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	134,68	6.868,68

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	2
Inconfidentes/MG	14
Machado/MG	16
Muzambinho/MG	6

Passos/MG	1
Poços de Caldas/MG	3
Pouso Alegre/MG	8
Três Corações/MG	1

ITEM: 06 – Grupo 1		
CATSERV: 20184		Tipo: Serviço
Descrição: EXAME DE SANGUE		
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. Hemograma. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado	17,04	19.493,76

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 07 – Grupo 1		
CATSERV: 20184	Tipo: Serviço	
Descrição: EXAME DE SANGUE		
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. Glicemia. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	9.25	10.582,00

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 08 – Grupo 1		
CATSERV: 21598	Tipo: Serviço	
Descrição: EXAME CREATININA		
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. Creatinina. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	9.25	10.582.00

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 09 – Grupo 1	
CATSERV: 21571	Tipo: Serviço
Descrição: EXAME COLESTEROL TOTAL/FRACÕES	
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. Colesterol Total e frações (HDL, LDL e VLDL). A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.	

Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	9,25	10.582,00

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 10 – Grupo 1		
CATSERV: 20184	Tipo: Serviço	
Descrição: EXAME DE SANGUE		
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. Triglicérides. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	11,47	13.121,68

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 11 – Grupo 1		
CATSERV: 8559	Tipo: Serviço	
Descrição: HEMOTERAPIA - TRANSAMINASE PIRÚVICA - TGP OU ALT POR UNIDADE TOTAL DE SANGUE		
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO). A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	10.13	11.588,72

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 12 – Grupo 1		
CATSERV: 8559	Tipo: Serviço	
Descrição: HEMOTERAPIA - TRANSAMINASE PIRÚVICA - TGP OU ALT POR UNIDADE TOTAL DE SANGUE		
Descrição Detalhada: EXAME DE SANGUE. ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP)A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	10,13	11.588,72

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104

Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 13 – Grupo 1		
CATSERV: 9040	Tipo: Serviço	
Descrição: PATOLOGIA CLINICA - URINA		
Descrição Detalhada: PATOLOGIA CLÍNICA – URINA. Exame de urina Tipo 1: Caracteres físico, triagem bioquímica. Sedimentoscopia. Elementos anormais e Sedimentoscopia – EAS. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 1144	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	11,58	13.247,52

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	36
Inconfidentes/MG	187
Machado/MG	206
Muzambinho/MG	222
Passos/MG	104
Poços de Caldas/MG	108
Pouso Alegre/MG	232
Três Corações/MG	49

ITEM: 14 – Grupo 1		
CATSERV: 8940	Tipo: Serviço	
Descrição: PATOLOGIA CLINICA - FEZES		
Descrição Detalhada: PATOLOGIA CLÍNICA – FEZES. Exame fezes – sangue oculto – servidores e servidoras com mais de 50 anos. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde. O método de análise a ser utilizado deverá ser o imunocromatográfico.		
Quantidade: 151	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	19,75	2.982,25

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	4
Inconfidentes/MG	41
Machado/MG	46
Muzambinho/MG	28
Passos/MG	1
Poços de Caldas/MG	8
Pouso Alegre/MG	18
Três Corações/MG	5

ITEM: 15 – Grupo 1		
CATSERV: 12483	Tipo: Serviço	
Descrição: UROLOGIA - PRÓSTATA E VESÍCULA SEMINAL		
Descrição Detalhada: UROLOGIA – PRÓSTATA E VESÍCULA SEMINAL. Exame complementar PSA total – servidores com mais de cinquenta anos. A coleta para os exames deve ser realizada nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 101	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	44,99	4.543,99

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	2
Inconfidentes/MG	27
Machado/MG	30
Muzambinho/MG	22
Passos/MG	0
Poços de Caldas/MG	5
Pouso Alegre/MG	10
Três Corações/MG	5

ITEM: 16 – Grupo 1	
CATSERV: 5924	Tipo: Serviço
Descrição: EXAME DE OTORRINOLARINGOLOGIA	

Descrição Detalhada: EXAME DE OTORRINOLARINGOLOGIA. Exame de Otorrinolaringologia Videolaringoscopia / Fibrolaringoscopia. A videolaringoscopia deve ser realizada em consultório médico por um otorrinolaringologista, com o objetivo de visualizar regiões da cavidade oral, orofaringe, hipofaringe e laringe. Deverá ser utilizado um nasofibrocópio rígido ou flexível, acoplado a um sistema de vídeo, que permita amplificação e gravação do exame; O registro das imagens e a gravação dos sons deverá ser feita em mídia digital que deverá ser entregue ao servidor(a) juntamente com o laudo com o diagnóstico (escrito) que servirá para verificações futuras, confirmação de diagnóstico, acompanhamento da evolução e constatação da cura das mais diversas doenças desde a cavidade oral até a laringe. O exame deve ser realizado nos locais da prestação dos serviços e atendendo as exigências do Ministério da Saúde.		
Quantidade: 568	Unidade de fornecimento: Unidade	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado:	240,95	136.859,60

Local da prestação dos serviços	Quantidade
Carmo de Minas/MG	22
Inconfidentes/MG	98
Machado/MG	102
Muzambinho/MG	122
Passos/MG	62
Poços de Caldas/MG	62
Pouso Alegre/MG	71
Três Corações/MG	29

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de prestação de serviços de exames periódicos.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. Muitas vezes o sistema (SÍDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste termo de referência e do Edital de licitação para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve-se sempre, ser considerada a descrição completa dos produtos/serviços constantes neste Termo de Referência.
- 1.5. A Cotação de preços unitários e totais, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas neste termo de referência, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.
- 1.6. O quantitativo foi determinado com base no quadro total de servidores do IFSULDEMINAS, atendendo a especificidade de cada item deste Termo de Referência. A Instituição não está obrigada a firmar a contratação de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item, sendo os mesmos, estimativas para fins de contratação.
- 1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.8. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. LOCAL DAS COLETAS, EXAMES E PRAZOS

- 2.1. Os serviços deverão ser realizadas nos seguintes municípios, cabendo a contratada organizar a rede de serviços de saúde para realizar os exames clínicos e laboratoriais, desde que atendam as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA:
 - 2.1.1. Carmo de Minas (MG) ou São Lourenço (MG);
 - 2.1.2. Inconfidentes (MG) ou Ouro Fino (MG);
 - 2.1.3. Machado (MG);
 - 2.1.4. Muzambinho (MG);
 - 2.1.5. Passos (MG);
 - 2.1.6. Poços de Caldas (MG);
 - 2.1.7. Pouso Alegre (MG);
 - 2.1.8. Três Corações (MG).
- 2.2. O início da execução dos exames periódicos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato e os atendimentos aos servidores pelo médico do trabalho, para a emissão do Atestado de saúde Ocupacional (ASO), deverão ser acordados com a contratante, desde que não ultrapassem 30 (trinta) dias corridos após a convocação dos servidores para a realização dos exames periódicos. A avaliação clínica, para a emissão do ASO, deverá ser realizados nos endereços abaixo, conforme a lotação dos servidores em cada Campus e a Reitoria:
 - a) **Campus Avançado Carmo de Minas do IFSULDEMINAS**, situado na Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/nº – Bairro Chacrinha. CEP: 37.472-000. Carmo de Minas/MG.
 - b) **Campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS**, situado na Av. Alvarenga Peixoto, nº 240, Centro. CEP 37.576-

000. Inconfidentes/MG.

c) **Campus Machado do IFSULDEMINAS**, situado na Rodovia Machado – Paraguaçu, km 3, Bairro Santo Antônio. CEP: 37.750-000. Machado/MG.

d) **Campus Muzambinho do IFSULDEMINAS**, situado na Estrada de Muzambinho KM 35, Bairro Morro Preto. CEP: 37890-000. Muzambinho/MG.

e) **Campus Passos do IFSULDEMINAS**, situado na Rua Mario Ribola, nº 409, Penha II. CEP: 37.903-358. Passos/MG.

f) **Campus Poços de Caldas do IFSULDEMINAS**, situado na Avenida Dirce Pereira Rosa, nº 300, Jardim Esperança. CEP: 37.713-100. Poços de Caldas/MG.

g) **Reitoria do IFSULDEMINAS**, situado na Avenida Vicente Simões, nº 1.111, bairro Nova Pouso Alegre. CEP: 37.553-465. Pouso Alegre/MG.

h) **Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS**, situado na Avenida Maria da Conceição Santos, nº 900, Bairro Parque Real. CEP: 37.560-260. Pouso Alegre/MG.

i) **Campus Avançado Três Corações do IFSULDEMINAS**, situado na Rua Coronel Edgar Cavalcanti de Albuquerque, nº 61, Chácara das Rosas. CEP: 37.410-000. Três Corações/MG.

2.3. Cada unidade deverá disponibilizar a estrutura adequada para a realização da emissão do Atestado de saúde Ocupacional (ASO), sendo a estrutura mínima necessária uma sala onde o servidor poderá ser atendido pelo médico do trabalho e que deverá conter uma mesa, com duas cadeiras (uma para o médico do trabalho e outra para o servidor) além de um computador conectado à internet, sendo que mobiliário complementar também poderá ser solicitado.

2.4. O tabela 1 a seguir apresenta o quantitativo estimado para cada localidade:

Tabela 1 Quantitativo estimado por município									
	Carmo de Minas/São Lourenço	Inconfidentes/Ouro Fino	Machado	Muzambinho	Passos	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Três Corações	Quantidade TOTAL
Item 01	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 02	22	77	97	83	54	45	97	21	496
Item 03	22	77	97	83	54	45	97	21	496
Item 04	10	85	91	82	22	37	63	14	404
Item 05	2	14	16	6	1	3	8	1	51
Item 06	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 07	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 08	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 09	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 10	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 11	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 12	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 13	36	187	206	222	104	108	232	49	1144
Item 14	4	41	46	28	1	8	18	5	151
Item 15	2	27	30	22	00	5	10	5	101
Item 16	22	98	102	122	62	62	71	29	568

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Estes exames periódicos são exigências estabelecidas no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90, e regulamentada pelo Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Os exames médicos periódicos compreendem exames laboratoriais e de imagem, bem como avaliações clínicas e oftalmológicas, conforme a idade, sexo e atividade laboral, conforme o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009.

4.3. Considerando as características do objeto, há a necessidade de contratarmos uma única empresa, para que esta realize a gestão e a execução dos exames médicos periódicos. A contratada responsabilizar-se-á pela realização dos exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e avaliação clínica, além disso necessita realizar as inserções no sistema, desde o cadastro dos prestadores de serviço, aceite da convocação dos servidores e inserção dos resultados nos exames no sistema Sipe - Módulo Operadora.

4.4. A solução não pode ser parcelada, pois a emissão do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) que conclui os

exames periódicos dos servidores está condicionada a apresentação de todos os exames listados, sendo que também não é possível que os exames periódicos estejam disponíveis para apenas uma parte dos servidores aptos e não ao todo.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 6.1.1. A solução para a demanda apresentada, que é o oferecimento da possibilidade de realizar os exames periódicos por parte dos servidores do IFSULDEMINAS, está na contratação de empresa, via licitação pública, que possam não só realizar os exames periódicos, como emitir o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) para os servidores.
- 6.2. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009.
- 6.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços prestados devem respeitar os critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, previstos no Guia de Compras e Contratações Sustentáveis e na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Assim, indica-se que a contratada forneça, prioritariamente, os resultados dos exames de forma digital aos servidores, para diminuir a impressão de papéis.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. A licitante vencedora deverá indicar um Coordenador Técnico, com formação superior, para interagir com os profissionais prestadores dos serviços e com o IFSULDEMINAS, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional.
- 8.1.2. A licitante vencedora deverá prestar seus serviços através de ambiente seguro do SIAPE – Saúde, mediante uso de CERTIFICAÇÃO DIGITAL (padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira/ICP-Brasil) e submetido ao sistema de segurança do SERPRO, conforme descrito abaixo:
 - 8.1.2.1. A licitante vencedora deverá estruturar a realização dos exames médicos periódicos;
 - 8.1.2.2. Providenciar a certificação digital dos responsáveis técnicos e médicos da licitante vencedora, para acesso ao sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
 - 8.1.2.3. Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;
 - 8.1.2.4. Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos de responsabilidade da licitante vencedora;
 - 8.1.2.5. Providenciar e manter atualizado o cadastro da(s) empresa(s) credenciada(s) para a realização dos exames e avaliação clínica no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;
 - 8.1.2.6. Orientar e manter bem informadas as empresas credenciadas, responsáveis pelos exames e avaliação clínica, sobre o atendimento aos servidores do IFSULDEMINAS;
 - 8.1.2.7. Informar e manter informadas as credenciadas sobre a forma de encaminhamento dos servidores do IFSULDEMINAS, que será por meio das Guias de Encaminhamento emitidas no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;
 - 8.1.2.8. Oferecer, em caso de dúvida e/ou reclamações, meio de atendimento por telefone e por e-mail, para todos os servidores do IFSULDEMINAS, contemplados pelos exames periódicos;
 - 8.1.2.9. Realizar a avaliação da capacidade técnica, via SIAPENET - Saúde, de GRUPOS de servidores selecionados e encaminhados pela IFSULDEMINAS, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de encaminhamento do GRUPO;
 - 8.1.2.10. Disponibilizar os responsáveis pela realização dos exames básicos, complementares e as clínicas de medicina ocupacional para a realização dos exames de acordo com o item licitado;
 - 8.1.2.11. Informar ao IFSULDEMINAS os locais credenciados cadastrados no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos, para divulgação interna;
 - 8.1.2.12. Realizar as atualizações necessárias, em caso de alteração de dados de endereço, telefone e serviços, das empresas cadastradas, para atendimento dos servidores;
 - 8.1.2.13. Realizar os exames/avaliação clínica, conforme previsto em procedimentos

técnico-científicos atualizados por profissionais e/ou entidades devidamente capacitadas, equipadas e qualificadas.

8.1.2.18 Enviar ao IFSULDEMINAS as guias de encaminhamento que foram assinadas pelo servidor em cada credenciada no ato do atendimento;

8.1.2.19 de responsabilidade da contratada e de possíveis subcontratadas o encaminhamento dos exames e laudos realizados, sejam eles em via física ou digital, aos servidores, dentro do prazo máximo de 07 dias úteis após a realização do exame;

8.1.3. Além das atribuições acima especificadas, o item 01 (consulta médica) deverá:

8.1.3.1 Emitir Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, via módulo SIAPE - Saúde, em conformidade com as orientações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a fim de concluir o exame médico periódico.

8.1.3.2 O ASO deverá ser impresso em 02 (duas) vias: sendo que uma via do ASO deve ser entregue ao servidor, e a outra, com o visto do servidor, deverá ser encaminhada ao IFSULDEMINAS, para ser arquivada à pasta funcional e prontuário do servidor.

8.1.3.3 As avaliações clínicas deverão ser realizadas durante o horário de expediente, sem qualquer ônus ou necessidade de compensação de horários por parte dos servidores.

8.1.3.4 Na hipótese do servidor portar exames realizados em prazo não superior a seis meses, seus resultados poderão ser aproveitados, a critério médico, desde que estejam em conformidade com o solicitado na rotina dos exames periódicos.

8.1.3.5 Os servidores que necessitarem de exames complementares deverão retornar à avaliação clínica após realizarem tais exames para que possa ser emitido o ASO, nestes casos deverá ser cobrado apenas o valor de uma avaliação clínica.

8.1.3.6 Os servidores cedidos serão submetidos aos exames médicos periódicos apenas no caso em que o órgão cessionário não contar com programa de exames periódicos.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Informar à licitante vencedora o quantitativo atualizado de servidores e a sua lotação.

9.2. Fornecer, à licitante vencedora, lista nominal de novos servidores que deverão ser submetidos aos exames médicos periódicos, bem como de servidores excluídos do quadro de pessoal da IFSULDEMINAS, que não deverão mais ser submetidos aos exames.

9.3. Orientar a licitante vencedora sobre o planejamento dos exames periódicos na IFSULDEMINAS, além de dirimir as dúvidas, que surgirem durante o processo e que tenham como característica as peculiaridades da entidade.

9.4. Atualizar a licitante vencedora sobre novas demandas e orientações emitidas pelo órgão central sobre a normatização dos exames médicos periódicos.

9.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.10.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.10.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.10.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.10.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.14. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.15. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das condições estabelecidas nas cláusulas 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, a contratada deverá:

10.1.1. A licitante vencedora deverá se reunir, quando solicitado, com o IFSULDEMINAS, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, ambas as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades;

10.1.2. Atender prontamente às solicitações da IFSULDEMINAS relacionadas ao acompanhamento e controle dos serviços prestados, respeitando os preceitos éticos das profissões;

10.1.3. Fornecer aos seus empregados crachá de identificação individual, de uso obrigatório dentro das dependências da IFSULDEMINAS;

10.1.4. Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos seus empregados.

10.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23.A licitante vencedora não poderá fazer uso das informações prestadas pelo IFSULDEMINAS que não sejam em absoluto cumprimento ao Contrato.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1A subcontratação parcial será permitida em razão dos diversos procedimentos, com diferentes especialidades, que serão realizadas.

11.2A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, conforme item 19.3 deste termo de referência.

11.3Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11.4A subcontratação poderá ocorrer no percentual máximo de 33,33%, considerado, como parâmetro, o valor global do contrato.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1.A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2.A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3.O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4.O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5.As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6.A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7.Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8.O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9.Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10.A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11.Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.12.O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13.As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.14.A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1.A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

14.2.No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3.O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1.A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1.Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

14.3.1.2. Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2.No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2.Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4.No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2.Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3.Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.6.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1.A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.2.Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

15.3.O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.3.1.Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5

(cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5.O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1o prazo de validade;

15.5.2a data da emissão;

15.5.3os dados do contrato e do órgão contratante;

15.5.4o período de prestação dos serviços;

15.5.5o valor a pagar; e

15.5.6eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8.Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11.Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.12.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.12Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.13.Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.14.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15.É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

16. REAJUSTE

16.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1. Considerando tratar-se de serviço comum, com objeto e prazo de execução previamente definidos, não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA

juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
18.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 3

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 18.6.1. ~~tenham~~ sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.6.2. ~~tenham~~ praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.6.3. ~~demonstrem~~ não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 18.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. Para os itens 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15:

- Certidão de registro no Conselho Regional de Farmácia e ou Bioquímica do responsável técnico pela assinatura do laudo dos exames;
- Alvará de licença para funcionamento do laboratório que realizará a coleta e a análise – Prefeitura Municipal;
- Alvará de Licença para funcionamento do laboratório que realizará a coleta e a análise da Vigilância Sanitária;
- Certificado de Inscrição de PJ do laboratório que realizará a coleta e a análise no Conselho Regional de Bioquímica/Farmacêutica;
- Registro do laboratório que realizará a coleta e a análise no Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde – CNES (SAS- Port.511);

19.3.2. Para o item 01:

- Certidão de registro no Conselho Regional de Medicina com habilitação em Medicina do Trabalho;

19.3.3. Para o item 02:

- Certidão de registro no Conselho Regional de Medicina ou no Conselho Regional de Enfermagem do profissional que realizará a coleta;
- Alvará de licença para funcionamento da clínica onde será feita a coleta – Prefeitura Municipal;
- Alvará de Licença da Vigilância Sanitária da clínica onde será feita a coleta;
- Certificado de Inscrição de PJ da clínica onde será feita a coleta no Conselho Regional de Medicina;
- Registro da clínica onde será feita a coleta no Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde – CNES (SAS- Port.511);

19.3.4. Para o item 04:

- a) Certidão de registro no Conselho Regional de Medicina com habilitação em Oftalmologia;
- 19.3. ~~Para o item 05:~~
- a) Certidão de registro no Conselho Regional de Medicina com habilitação em Radiologia do responsável técnico;
- b) Alvará de licença para funcionamento da clínica onde será feita a coleta – Prefeitura Municipal;
- c) Alvará de Licença da Vigilância Sanitária da clínica onde será feita a coleta;
- d) Certificado de Inscrição de PJ da clínica onde será feita a coleta no Conselho Regional de Medicina;
- e) Registro da clínica onde será feita a coleta no Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde – CNES (SAS- Port.511);
- 19.3. ~~Para o Item 16:~~
- a) Certidão de registro no Conselho Regional de Medicina com habilitação em Otorrinolaringologista.

19.4.O critério de julgamento da proposta é o MENOR PREÇO DO GRUPO.

19.5.As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1O custo estimado da contratação é de R\$ **450.531,92** (quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos). O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante no processo administrativo, elaborado com base em pesquisa de mercado obtida por cotações oferecidas pelas empresas.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1.A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

22. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

22.1Conforme preceitua o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil, incerta ou impossível reparação.

23. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

23.1O presente Termo de Referência foi elaborado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, com as informações prestadas pelos setores e demais setores envolvidos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, e, com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação do Reitor e do Pró-Reitor de Administração.

Anexos:

- I – Estudo Técnico Preliminar;
- II – Mapa de Gerenciamento de Riscos

Leonardo Henrique Silva
Assistente e Administração

Thiago de Sousa Santos
Pró-reitor de Gestão de Pessoas

De acordo:

Honório José de Moraes Neto
Pró-Reitor de Administração

Aprovo:

Marcelo Bregagnoli
Reitor

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fabricao da Silva Faria**, PRO-REITOR - SUB-CHEFIA - IFSULDEMINAS - PROAD, em 25/03/2022 16:59:28.
- **Marcelo Bregagnoli**, REITOR - CD1 - IFSULDEMINAS, em 21/03/2022 17:06:55.
- **Thiago de Sousa Santos**, PRO-REITOR - CD2 - IFSULDEMINAS - PROGEP, em 16/03/2022 14:22:29.
- **Leonardo Henrique Silva**, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 16/03/2022 14:13:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/03/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 227292

Código de Autenticação: 6e90a29735



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais